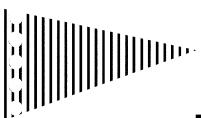
Demonstrações Financeiras Instituto Consulado da Mulher

31 de dezembro de 2013 e 2012 com Relatório dos Auditores Independentes





Demonstrações Financeiras Instituto Consulado da Mulher

31 de dezembro de 2013 e 2012 com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de superávits (déficits)	4
Demonstrações das mutações do patrimônio social	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Condomínio São Luiz Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Gestor do **Instituto Consulado da Mulher**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Consulado da Mulher ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de superávit/déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Consulado da Mulher em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 11.1 e nº 13.4, a Entidade recebeu durante o exercício de 2013, doações de recursos financeiros principalmente da Whirlpool S.A., o que garantiu a continuidade de suas operações naquele exercício. Por não possuir fonte própria de geração de receitas, a Entidade depende da manutenção de recursos financeiros providos pela Whirlpool S.A. para dar continuidade às suas atividades sociais.

São Paulo, 12 de março de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/Q-6

Julio Braga Pinto

Contador CRC-1SP209957/O-2

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

	2013	2012
Ativo		
Circulante Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	149.361	252.933
Outros ativos (Nota 5)	12.193	25.253
Total do ativo circulante	161.554	278.186
Não circulante		
Imobilizado (Nota 6)	197.739	223.076
Intangível (Nota 7)	49.514	67.915
Total do ativo não circulante	247.253	290.991
Total do ativo	408.807	569.177
Passivo Circulante Fornecedores Impostos a recolher (Nota 8) Salários e obrigações sociais (Nota 9) Outros passivos	27.286 28.170 202.797	8.288 25.355 176.139 719
Total do passivo circulante	258.253	210.501
Patrimônio social		
Dotação especial	646.184	641.816
Déficits acumulados	(495.630)	(283.140)
Total do patrimônio social	150.554	358.676
Total de passiva e patrimânia accial	408.807	569.177
Total do passivo e patrimônio social	400.007	309.177

Demonstrações de superávits (déficits) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

	2013	2012
Receitas		
Doações de pessoas jurídicas (Nota 11.1)	3.959.036	3.627.523
Doações de pessoas físicas	19.470	19.355
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com pessoal (Nota 11.2)	(2.757.344)	(2.314.483)
Despesas administrativas (Nota 11.3)	(1.431.964)	(1.383.685)
Despesas com impostos e taxas	(5.481)	` (5.777 [°])
Outras despesas operacionais, líquidas	(12.180)	(46.204)
Déficit antes do resultado financeiro	(4.206.969)	(3.750.149)
Despesas financeiras	(3.445)	(1.128)
Receitas financeiras	19.418	`6.567 [´]
	15.973	5.439
Déficit do exercício	(212.490)	(97.832)

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

	Doações recebidas	Déficits acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	631.541	(185.308)	446.233
Doações recebidas em forma de bens do ativo imobilizado Déficit do exercício	10.275	. (97.832)	10.275 (97.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	641.816	(283.140)	358.676
Doações recebidas em forma de bens do ativo imobilizado Déficit do exercício	4.368	. (212.490)	4.368 (212.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	646.184	(495.630)	150.554

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais Déficit do exercício	(212.490)	(97.832)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit (déficit) do exercício com o fluxo de caixa:	, ,	, ,
Depreciação	36.137	64.635
Amortização	18.400	16.548
Resultado na baixa de ativos imobilizados	35.481	48.859
	(122.472)	32.210
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em outros ativos	13.060	4.309
Aumento em fornecedores	18.998	5.462
Aumento em impostos a recolher	2.815	2.861
Aumento (redução) em salários e obrigações sociais	26.658	(22.391)
Aumento (redução) em outros passivos	(719)	` 719 [′]
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(61.660)	23.170
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(41.912)	(60.221)
Aquisição de ativo intangível	` <u>'</u>	(10.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(41.912)	(70.862)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(103.572)	(47.692)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	252.933	300.625
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	149.361	252.933

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Consulado da Mulher ("Consulado" ou "Entidade") é uma ação social idealizada pela marca Consul que oferece assessoria a mulheres de baixa renda e pouca escolaridade. O objetivo é que, com sua atividade empreendedora, elas possam gerar renda e proporcionar melhores condições de vida a elas e suas famílias.

A sede do Consulado está localizada à Rua Olympia Semeraro, 675, São Paulo-SP, Brasil.

O Consulado possui uma metodologia própria de assessoria a empreendimentos populares, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e Unesco como uma tecnologia social, replicável, eficaz e que entrega os resultados aos quais se propõe.

O trabalho consiste na identificação de oportunidades de geração de renda e na assessoria para a formação e consolidação de empreendimentos populares compostos por mulheres de talento e com vontade de vencer, em áreas como alimentação, artesanato, costura, serviços de beleza, lavanderia e reciclagem, entre outras.

O planejamento das atividades começou em 2000, quando a Consul alinhou sua estratégia de responsabilidade social aos Objetivos do Milênio das Nações Unidas, especialmente no que diz respeito à igualdade entre os sexos e à valorização da mulher. Em 2002, o Consulado iniciou atividades em Rio Claro (SP) e Joinville (SC), cidades as quais a Whirlpool, sua mantenedora, mantém unidades produtivas, oferecendo oficinas gratuitas de capacitação para as comunidades, em artesanato, culinária, beleza e inclusão digital. As atividades eram conduzidas por equipes voluntárias orientadas por educadores sociais, em espaços do próprio Consulado.

A unidade de Manaus foi inaugurada em 2007, com atuação diferenciada, voltada para a assessoria a pequenos empreendimentos populares. No ano seguinte, o mesmo ocorreu na cidade de São Paulo, com ações em bairros das zonas Sul e Leste.

A partir do aprendizado obtido nas atividades nessas quatro cidades foi criado o Programa Usinas do Trabalho. Nesse mesmo ano, a assessoria do Consulado voltou-se inteiramente para a geração de renda, passo que marcou o reposicionamento estratégico do Consulado da Mulher. Além do Programa Usinas do Trabalho, o Consulado desenvolveu o Programa Mulher Empreendedora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Presente em 17 estados do país, o Consulado da Mulher encerrou 2013 assessorando 122 empreendimentos populares que beneficiou diretamente 1.596 pessoas, além de suas famílias. No total, foram mais de 6 mil pessoas beneficiadas, direta e indiretamente. Desde sua fundação, em 2002, o Consulado já beneficiou mais de 32 mil pessoas.

Em 2013, o Consulado realizou o Prêmio Usinas do Trabalho com o objetivo de identificar e fortalecer práticas exitosas de empreendedorismo feminino e geração de renda em todos os estados brasileiros. Foram premiados 10 empreendimentos protagonizados por mulheres, que seguem os princípios de autogestão, solidariedade e cooperativismo em uma cerimonia realizada em São Paulo. O Consulado da Mulher também foi selecionado para receber investimento do governo dos Estados Unidos através do Programa We Americas.

Além disso é finalista ao prêmio ODM Brasil, do Governo Federal, cujo intuito é reconhecer práticas sociais que estejam relacionadas aos Objetivos do Milênio.

De acordo com a Lei nº 9.970/99, o Instituto é qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) desde 2005. Este status proporcionou ao Consulado da Mulher maior autonomia e possibilidade de desenvolvimento e expansão, por meio de parcerias e captação de recursos.

O Consulado da Mulher está isento da tributação do imposto de renda e da contribuição social em função de sua constituição jurídica de entidade sem fins lucrativos.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Administração da Entidade em 13 de março de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

2.3. Imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou pelo valor da doação, conforme declarado em nota fiscal emitida pelo doador, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas na Nota Explicativa nº 6.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do superávit/ déficit, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6. Apuração do resultado das atividades sociais

A Entidade, por não ter fins lucrativos, obtém suas receitas mediante doações originadas de pessoas físicas e jurídicas, e são registradas quando recebidas em função da impossibilidade de previsão dos valores e datas de recebimento.

As despesas do exercício são apuradas em conformidade com o regime de competência.

2.7. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

A Entidade possui registrado como ativo financeiro os caixa e equivalentes de caixa que são classificados na categoria mencionada a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Passivos financeiros

A Entidade possui registrado como passivo financeiro as contas a pagar a fornecedores que são classificados na categoria mencionada a seguir:

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade não possui passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade e cujas aplicações passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2011) - Instrumentos Financeiros	Emitida em novembro de 2009 e alterada em dezembro de 2011, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios após 1º de janeiro de 2015.
Alterações a IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios após 1º de janeiro de 2014. A aplicação deve ser retroativa.
Emenda a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidade de Investimento	À exceção a consolidação exige que as entidades de investimento consolidem as subsidiárias ao valor justo através de resultados.	Aplicáveis para exercícios após 1º de janeiro de 2014.
Interpretação do IFRIC 21	IFRIC 21 esclarece que uma entidade reconheça um passivo de uma taxa quando ocorra a atividade que desencadeia o pagamento, conforme identificado pela legislação pertinente. Para uma taxa que é acionada ao atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes que o limite mínimo seja atingido.	
Emenda a IAS 39 - IAS 39 "Novação" de Derivativos e Continuação de "Hedge Accounting"	Esta emenda define a descontinuação da contabilidade de cobertura quando novação de um derivativo designado como instrumento de cobertura atende a determinados critérios.	Aplicável para exercícios após 1º de janeiro de 2014.

Os pronunciamentos acima serão adotados também pelo CPC, e a Entidade espera que a adoção dos mesmos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade não apresentava provisão para demandas judiciais e administrativas.

2012

2012

4. Caixa e equivalentes de caixa

2013	2012
1.882	1.736
719	5.867
30.874	-
115.886	245.330
149.361	252.933
	1.882 719 30.874 115.886

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

5. Outros ativos

	2013	2012
Adiantamentos de férias	10.921	24.579
Seguros a apropriar	1.272	674
	12.193	25.253

6. Imobilizado

_	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	lmobilizado total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2012	185.008	300.157	128.085	14.356	8.638	636,244
Adições	17.905	8.998	33.318	14.000	0.000	60.221
Baixas	(29.914)	(186.559)	(38.910)	(14.356)	_	(269.739)
Doações recebidas	` -	-	10.275	-	-	10.275
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.999	122.596	132.768	-	8.638	437.001
Adições	0.220	0.050	00.040			
Baixas	8.339	9.956	23.618	-	-	41.913
Doacões recebidas	(3.023)	-	(23.820)	-	(8.638)	(35.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	178.315	132,552	4.368 136.934		-	4.368
cuidos cin or de dezembro de 2015	170.313	132,332	130.934			447.801
Depreciação						
Saldos em 1º de janeiro de 2012	(81.294)	(236.167)	(30.684)	(14.356)	(7.669)	(370.170)
Depreciação no exercício	(18.424)	(31.216)	(14.026)	-	(969)	(64.635)
Baixa	14.642	181.790	`10.092 [´]	14.356	-	220.880
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(85.076)	(85.593)	(34.618)	-	(8.638)	(213.925)
Depreciação do exercício	(17.232)	(15.993)	(14.962)			(40.000)
Baixa	222	128	(14.863) 2.963	-	9.620	(48.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(102.086)	(101.458)	(46.519)	-	8.638	11.951 (250.062)
-						(200.002)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	76.229	31.094	90.416	•	-	197.739
Saldos em 31 de dezembro de 2012	07.000	27.002	00.450			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	87.923	37.003	98.150	-	-	223.076
Taxas anuais de depreciação	10%	20%	10%	33,33%	20%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

7. Intangível

	Software
Custo	
Saldos em 1º de janeiro de 2012	74.253
Adições	10.641
Saldos em 31 de dezembro de 2012	84.894
Adições	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	84.894
Amortização	
Saldos em 1º de janeiro de 2012	(431)
Amortização no exercício	(16.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(16.980)
Amortização do exercício	(18.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(35.380)
Valor residual	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40 514
	49.514
Saldos em 31 de dezembro de 2012	67.915
Taxas anuais de amortização	20%

8. Impostos a recolher

	2013	2012
IRRF a recolher	25.383	21.546
PIS a recolher	2.082	1.889
ISS retido na fonte a recolher	225	1.468
Outros	480	452
	28.170	25.355

9. Salários e obrigações sociais

	2013	2012
Provisão para férias e encargos	131.974	113.974
INSS a pagar	49.370	40.093
FGTS a pagar	16.652	15.027
Outros	4.801	7.045
	202.797	176.139

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

10. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, reduzido dos déficitis ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como doação de ativos.

Conforme determinado em seu estatuto social, em caso de dissolução, a Assembleia Geral deverá decidir a destinação do patrimônio social, sendo distribuído à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

11. Receitas e despesas

11.1. Doações de pessoas jurídicas

	2013	2012
Doações da Whirlpool S.A.	3.840.342	3.564.234
Doações de outras pessoas jurídicas	118.694	63.289
	3.959.036	3.627.523

A principal fonte de recursos do Instituto Consulado da Mulher são doações da Whirlpool S.A.

11.2. Despesas com pessoal

	2013	2012
Administrativo (a)	1.148.960	954.758
Comunicação	87.414	78.686
Assessoria a grupos	692.892	514.579
Usinas do trabalho	237.075	235.594
Espaço solidário	280.625	307.668
Projeto "Trainees"	776	-
Desenvolvimento de programas e metodologias	309.602	223.198
	2.757.344	2.314.483

11.3. Despesas administrativas

2013 2012	•
Administrativo (a) 289.790 368.49	7
Comunicação 45.703 44.09	96
Assessoria a grupos 351.685 414.75	57
Usinas do trabalho 237.730 59.40	0
Espaço solidário 43.682 39.30	7
Projeto "Trainees" 414.571 266.04	3
Desenvolvimento de programas e metodologias 48.803 191.58	15
1.431.964 1.383.68	5

⁽a) Incluem as despesas dos centros de custos dos departamentos administrativo financeiro, recursos humanos, diretoria e captação de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

11. Receitas e despesas--Continuação

11.3. Despesas administrativas--Continuação

Assessoria a grupos

Neste centro de custo são alocadas as seguintes despesas:

- a) Despesas com mapeamento, prospecção e abordagem inicial de potenciais grupos, com o objetivo de sensibilizar para a formação de grupos (ex. palestras, oficinas, seminários). Estes esforços podem ou não ocasionar a formação de grupos.
- Despesas de acompanhamento profissional para desenvolvimento do empreendimento, através de equipes e terceiros. Esta atividade pode acontecer simultaneamente à formação de grupos, em algumas situações;
- Despesas direcionadas aos voluntários das ações sociais, como as capacitações para voluntários, material de comunicação específica para Voluntariado, dentre outras.

Usinas do Trabalho

No centro de custo Usinas do Trabalho são alocadas as despesas relativas às horas dos colaboradores dedicadas à gestão das parcerias locais, monitoramento, avaliação de desempenho dos empreendimentos.

Espaço Solidário

Centro de custo que são alocadas despesas relacionadas ao funcionamento de um espaço de aprendizagem em que profissionais de empreendimentos populares da área de alimentação são capacitados para o gerenciamento de seus próprios negócios. Desta maneira, trabalham em sinergia com a Whirlpool S.A., fazendo com que o público interno da Whirlpool S.A. tenha maior conhecimento sobre o seu investimento social.

Projeto "Trainees"

As despesas relacionadas com o projeto Lavanderia solidária no Guarujá são alocadas neste centro de custo.

Desenvolvimento de programas e metodologias

Centro de custo onde são alocadas as despesas relacionadas à elaboração e melhoria da metodologia e ao acompanhamento dos resultados dos programas que o Consulado da Mulher possui.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

11. Receitas e despesas--Continuação

11.4. Despesas por natureza

	2013	2012
Salários e encargos	2.426.859	2.032.823
Assistência médica	229.016	188.184
Beneficios	87.657	77.630
Transporte	117.459	93.561
Eventos e reuniões externas	149.637	127.217
Doações a entidades e cooperativas	476.732	410.391
Material de consumo	17.541	41.459
Material para empreendimentos	59.747	71.105
Prestação de serviços de terceiros	161.851	180.073
Viagens	123.428	161.678
Depreciação e amortização	64.643	75.302
Comunicação	48.091	66.134
Outras despesas com pessoal	13.811	15.845
Outras despesas administrativas	212.836	156.766
	4.189.308	3.698.168
Despesas com pessoal	2.757.344	2.314.483
Despesas administrativas	1.431.964	1.383.685
	4.189.308	3.698.168

12. Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

	Importâncias	
Descrição	seguradas	
Incêndio de bens do imobilizado	701.437	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

13. Gestão de riscos financeiros

13.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a possibilidade da Entidade apresentar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

13.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Entidade não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando o recebimento das doações para mitigar o risco de liquidez.

13.3. Risco de câmbio

Todas as operações da Entidade são realizadas no Brasil e, portanto, não são afetadas por eventuais riscos relacionados a oscilações de câmbio.

13.4. Risco de concentração de receita

Atualmente, a maior parte das receitas da Entidade é originada de doações da Whirlpool S.A. Desta forma, a Entidade apresenta o risco de não recebimento de seus donativos caso a Whirlpool S.A. enfrente dificuldades financeiras ou decida reduzir ou cancelar suas doações por quaisquer motivos.